

PERCEPÇÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ENTRE CRIANÇAS DE UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Gustavo Pinto Alves da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões que são fruto da minha pesquisa de doutorado, a qual teve como objetivo entender a perspectiva de crianças de 4 a 5 anos da educação infantil que participam das atividades do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB AYÓ, localizado na Escola Municipal Clementino Fraga, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em relação às questões étnico-raciais. Por meio de abordagens socioantropológicas centradas nas infâncias, propôs-se um diálogo com essas crianças sobre sua atuação. A investigação foi realizada principalmente por meio da etnografia. Nesse contexto, as crianças são vistas como sujeitos ativos, e não meros objetos de estudo, sendo reconhecida sua habilidade de se comunicar com adultos, com outros colegas e com o ambiente que as circunda, conseguindo articular suas próprias experiências. Após a minha avaliação, concluo que o NEAB AYÓ tem exercido uma função significativa ao auxiliar as crianças na reinterpretação de sua própria identidade étnico-racial. Em alguns casos, crianças que anteriormente se identificavam como pardas, tanto por iniciativa própria quanto por influência dos adultos ao seu redor, começaram a se reconhecer como negras. De modo semelhante, certas crianças com pele branca passaram a se identificar como pardas. As atividades oferecidas pelo núcleo estimulam as crianças a refletirem sobre suas identidades, tanto negras quanto brancas, no contexto da autodeclaração. Os ativistas antirracistas incentivam os pequenos a relatar quaisquer situações de discriminação racial que possam ter presenciado entre seus colegas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infâncias; Relações étnico-raciais; Lei 10.639/03;

INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel crucial na formação social das crianças, expondo-as a um mosaico de interações com grupos de distintas origens, hábitos, culturas e visões de mundo, muitas vezes divergentes das experiências familiares. Este ambiente diverso a configura como um espaço privilegiado para o debate e a sensibilização em torno das questões raciais, sendo fundamental para o fomento da cidadania, a promoção do pensamento crítico e a garantia de um convívio pautado na inclusão e no respeito à pluralidade sociocultural, em oposição a qualquer forma de segregação. A relevância dessa abordagem foi formalmente reconhecida com a promulgação da Lei nº 10.639/03

¹ ¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos, Demandas Populares- PPEduc da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, historiadorgustavo@gmail.com



e, posteriormente, da Lei nº 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no currículo da educação básica. A implementação dessas diretrizes, aliada às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 para a educação das Relações Étnico-raciais, tem fomentado um intenso e necessário debate acadêmico sobre a educação antirracista.

Neste contexto, em abril de 2015, emergiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) AYÓ na Escola Municipal Clementino Fraga, como uma iniciativa pioneira de combate à discriminação e de promoção da convivência respeitosa. O NEAB AYÓ, que se destaca por ser o primeiro núcleo do tipo a ser implementado em uma escola de Ensino Fundamental — Anos Iniciais, busca valorizar as distintas identidades da sociedade brasileira, com ênfase na identidade negra, e promover a igualdade e a equidade no ambiente escolar. As ações do Núcleo têm sido cruciais para a efetivação da legislação no currículo e para a criação de um espaço interdisciplinar de discussão das questões raciais.

Apesar dos esforços, observações em campo, particularmente na rotina da educação infantil a partir de 2018, revelaram a persistência de manifestações e comportamentos de cunho racista em crianças recém-ingressas na escola. Diante desse quadro, e com o intuito de celebrar a cultura negra e combater o racismo desde a primeira infância, o NEAB implementou atividades semanais específicas para esse público. É a partir desse movimento que a presente pesquisa de doutorado se propõe a investigar como crianças de 4 a 5 anos da educação infantil percebem e se manifestam sobre as relações étnico-raciais em um contexto de intervenção educacional promovida pelo NEAB AYÓ.

O estudo se fundamenta no reconhecimento da criança como sujeito ativo, agente social que contribui ativamente para a produção e transformação social, e busca preencher uma lacuna na produção acadêmica que, conforme Rosemberg (2012), ainda é incipiente em pesquisas sobre infâncias, educação infantil e relações raciais. O foco reside na análise da intervenção pedagógica e na compreensão da construção da identidade étnico-racial das crianças nesse nível de ensino, dando voz a esses pequenos atores sociais para que contêm e falem sobre a questão racial.

Esta investigação se concentra na análise da intervenção pedagógica no campo educacional, particularmente em relação aos desafios e processos da construção da identidade étnico-racial no contexto da educação infantil da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. A gênese desta pesquisa reside na observação empírica do cotidiano escolar, por meio da experiência profissional na rede pública de ensino fundamental, onde



se manifestam tensões e, simultaneamente, possibilidades para a experimentação de práticas pedagógicas alternativas. Tais práticas visam fomentar novos processos de ensino-aprendizagem, ou o que é referido como "ensinagem" em conformidade com paradigmas educacionais emergentes. Os eixos conceituais que orientam esta proposta de estudo fundamentam-se na análise dos processos escolares, na gestão da diversidade cultural e nas especificidades da educação infantil.

METODOLOGIA

Historicamente, as metodologias de pesquisa na área da Educação foram predominantemente centradas na perspectiva adulta, tanto no papel de pesquisador quanto no de objeto de estudo. Essa tradição negligenciou a necessidade de obtenção de dados a partir do ponto de vista das crianças e demonstrou pouco interesse em escutar suas vivências no cotidiano escolar e seus processos educativos. Contudo, reflexões robustas oriundas da Sociologia e da Antropologia da Infância têm impulsionado uma significativa mudança de paradigma, defendendo a criança como um ser atuante, protagonista na construção das relações sociais em que está inserida e construtora ativa de sua própria infância.

Em consonância com essa abordagem, este estudo fundamenta-se nas contribuições de Cohn (2005), Corsaro (2011), Delalande (2011) e Abramowicz e Oliveira (2012), que advogam que as crianças são portadoras e construtoras de cultura, possuindo, portanto, um repertório significativo a oferecer sobre diversos aspectos da vida social. Adotamos, em particular, a perspectiva de Cohn (2005, p. 33), que argumenta que "a diferença entre crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa."

Nesse sentido, a presente pesquisa emprega a etnografia como abordagem metodológica central. O método etnográfico é o mais adequado por permitir a participação ativa do pesquisador na cultura do outro, possibilitando a imersão e o compartilhamento no mundo social em estudo. Por meio da vivência e da observação atenta dos momentos e das relações culturais e sociais, o pesquisador se propõe a ouvir, registrar e interpretar o ponto de vista dos sujeitos pesquisados. Acreditamos que a aplicação do método etnográfico junto às crianças possibilitará uma observação direta e aprofundada, essencial para a compreensão de suas perspectivas e interpretações sobre as relações raciais.



Nas considerações de Corsaro (2005):

A etnografia é o método que os antropólogos mais empregam para estudar as culturas exóticas. Ele exige que os pesquisadores entrem e sejam aceitos na vida daqueles que estudam e dela participem. Neste sentido, por assim dizer, a etnografia envolve tornar-se ativo. Estou convicto de que as crianças têm suas próprias culturas e sempre quis participar delas e documentá-las. Para tanto, precisava entrar na vida cotidiana das crianças- ser uma delas tanto quanto podia (p.445).

A relevância da etnografia em pesquisas que envolvem o campo da infância é fundamental. Segundo Corsaro (2005), a abordagem etnográfica é crucial ao ingressar em cenários com crianças, visto que exige que os pesquisadores não apenas entrem no ambiente, mas também obtenham a aceitação dos participantes. Conforme explicitam Corsaro e Molinari (2005, p. 194), um dos propósitos centrais da etnografia, enquanto método interpretativo, é "o estabelecimento de um estatuto participante em uma perspectiva interna".

O autor complementa que, em investigações realizadas em espaços educativos com crianças pequenas, esses objetivos metodológicos implicam um conjunto de ações específicas. Tais ações demandam "lidar com e desenvolver a confiança de uma série de educadores adultos; obter conhecimento do funcionamento da estrutura social da natureza das relações interpessoais e das rotinas diárias no local, ganhando aceitação de professores e alunos" (Corsaro e Molinari, 2005, p. 194).

O universo empírico desta pesquisa concentra-se em crianças da educação infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos, que participam das atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) AYÓ, sediado na Escola Municipal Clementino Fraga. O alinhamento teórico-metodológico do estudo preconiza o reconhecimento das crianças como sujeitos ativos e não como meros objetos de investigação. Assume-se que as crianças interagem ativamente com os adultos, seus pares e o mundo, sendo plenamente capazes de narrar e descrever suas experiências e vivências.

Para a coleta de dados, de modo a capturar a máxima riqueza de detalhes possível, foram selecionadas ferramentas metodológicas que se adequam à investigação com a infância: Diário de Campo: Constitui um instrumento essencial para o registro fiel das observações e vivências do cotidiano escolar, fundamentais para a imersão etnográfica. "Entrevista-Conversa": Adotamos o procedimento metodológico denominado por Saramago (2001) como uma "entrevista-conversa", que se distingue da entrevista não estruturada convencional. Este procedimento é organizado em blocos temáticos que



emergem a partir das anotações realizadas no diário de campo. Saramago (2001, p. 14) esclarece que tal técnica não implica o abandono do rigor científico, mas, ao contrário, representa uma "técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua preparação, desenvolvimento e aplicação". Registro Fotográfico: A fotografia é empregada como um importante recurso metodológico, que transcende a simples captura de imagem, permitindo o registro de eventos transitórios e seu arquivamento para análise.

Ressalta-se que a natureza dinâmica da pesquisa etnográfica, especialmente em contextos que envolvem crianças, exige a maleabilidade metodológica. Embora as ferramentas acima estejam sendo utilizadas na fase inicial, a possibilidade de incorporação de outros procedimentos será considerada no decorrer do estudo, à medida que o aprofundamento teórico e a revisão de literatura sugerirem novas vias de reflexão e análise. É imperativo destacar que os procedimentos metodológicos devem ser continuamente adaptados e refinados para respeitar e contemplar as especificidades e a agência das crianças enquanto atores do processo de pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a fundamentação desta pesquisa, recorre-se a um aporte teórico robusto, oriundo de estudos desenvolvidos por pesquisadores que há anos contribuem significativamente para o campo da educação e das relações étnico-raciais.

A escola constitui um ambiente fundamental no processo de socialização, propiciando aos estudantes o contato com pares de diversas origens, costumes, dogmas e visões de mundo, frequentemente distintas daquelas vivenciadas no núcleo familiar. Essa diversidade de interações confere à escola o papel de espaço inicial de confrontação e vivência das tensões raciais. Como locus de construção da cidadania, de fomento ao pensamento crítico e de integração de múltiplas culturas, a instituição escolar deve ser um ambiente de inclusão e respeito às diversidades socioculturais, refutando qualquer prática de segregação.

O reconhecimento formal da necessidade de uma educação antirracista no Brasil se consolidou com a aprovação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo da educação básica, tanto na rede pública quanto na privada. Posteriormente, essa legislação foi alterada pela Lei nº 11.645/08, estendendo a obrigatoriedade para o ensino das Histórias e Cultura Indígenas. Tais marcos legais foram acompanhados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a



Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Este cenário normativo tem fomentado o debate sobre a urgência de uma educação para as relações étnico-raciais, conforme evidenciado nas investigações de Munanga (2008), Cavalleiro (2001), Silva (2011), entre outros autores.

Pesquisas realizadas por Gomes (2003, 2006), Silva (2011) e Silva (2010) demonstram que a escola pode ser um ambiente permeado por mentalidades e práticas racistas, evidenciando desigualdades sociais. Nestes espaços, as crianças e adolescentes negros são expostos a oportunidades de comparação, onde padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais, muitas vezes em contraste com o aprendizado familiar, ganham destaque em seu cotidiano. Gomes (2002) adverte que o discurso hegemônico pode ser incorporado por alguns alunos negros de forma tão profunda que eles passam a se reconhecer dentro dessa narrativa, iniciando um processo de desvalorização de seus atributos individuais, o que interfere diretamente na construção de sua identidade.

No que tange à educação infantil, o debate sobre discriminação racial é igualmente crucial. A afirmação de que não ocorrem problemas raciais nesse nível de ensino é considerada uma falácia, visto que "muitas pesquisas apontam que a discriminação racial no interior das instituições escolares, são muito frequentes" (Bento, 2012, p. 9).

Estudos de Cavalleiro (2001, 2012) e Bastos (2015) delineiam um panorama preocupante, registrando manifestações de preconceito e discriminação que ocorrem tanto nas interações entre crianças quanto nas relações entre educadores e crianças. Em suas pesquisas com crianças negras na faixa etária de 4 a 6 anos, Cavalleiro (2012) observou que estas já demonstravam uma identidade negativa, enquanto as crianças brancas manifestavam sentimentos de superioridade. Adicionalmente, a autora destacou o silêncio como postura pedagógica adotada pelas professoras frente aos incidentes de racismo e preconceito.

Tais achados reforçam a urgência de se discutir as relações étnico-raciais na infância, combatendo o silenciamento que, sob o falso discurso de igualdade, invisibiliza as tensões presentes nos espaços da educação infantil. Uma análise aprofundada da temática revela que as crianças negras são frequentemente estereotipadas e tratadas de maneira diferenciada em relação às crianças brancas, conforme assevera Cavalleiro (2012).

As pesquisas focadas em crianças pequenas no contexto escolar, como as de Cavalleiro (2001, 2012), Fazzi (2006), Abromowicz, Oliveira e Rodrigues (2010), Abromowicz e Oliveira (2012), Passos (2012), Silva (2015) e Bastos (2015), salientam a



relevância de se realizar investigações com a infância, por reconhecer que as crianças detêm um conhecimento valioso sobre as relações étnico-raciais e a forma como o preconceito e a discriminação racial se estruturam dentro e fora da escola.

Conforme destaca Fazzi (2006), é imperativo compreender como o preconceito racial se estrutura e se consolida, assim como a maneira pela qual as crianças agem, vivenciam suas relações e internalizam o significado de pertencer a uma determinada categoria racial. O uso de noções preconceituosas, por sua vez, contribui para a criação e manutenção do próprio preconceito. A escola, nesse contexto, é um dos espaços de socialização onde tais situações, geradoras de desconforto, rotulação e estereotipia dos indivíduos, ocorrem de maneira expressiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em curso, apesar dos desafios impostos pelo período pandêmico que resultou na prorrogação da duração da fase de campo, avança para a etapa de análise e interpretação dos dados. Atualmente, o foco reside na leitura e decodificação das narrativas, bem como na revisão detalhada dos desenhos e registros fotográficos produzidos pelas crianças, visando uma compreensão aprofundada de seus significados.

Não obstante o caráter em desenvolvimento da investigação, os resultados parciais oriundos do período de convivência etnográfica no campo já permitem destacar um achado preliminar de significativa relevância. Observa-se, de forma clara nos discursos e representações visuais das crianças, um processo de reconfiguração da autoidentificação racial. Este processo aponta para um distanciamento da categoria racial atribuída pelos responsáveis no ato da matrícula (ficha cadastral) em favor de uma classificação própria, construída ativamente pela criança.

Esta alteração na autoidentificação sugere a influência direta da educação para as relações étnico-raciais promovida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da unidade escolar. A (re)construção da identidade racial por parte das crianças tem sido mediada por atos de autoconhecimento, como o reconhecimento ao se olharem no espelho, a observação do tom de pele e dos fenótipos, o toque no próprio cabelo e a evocação da ancestralidade.

Tais constatações ressaltam o papel crucial da escola e das instituições de educação infantil nesse processo formativo. Considerando que uma parcela significativa da infância se desenvolve nesses espaços, a intervenção educacional demonstra ser um



vetor potente para a formação da identidade, particularmente para a criança negra. Desde muito cedo, estas crianças são confrontadas com a dimensão racial, e a diferenciação, historicamente, tem sido usada para hierarquizar e inferiorizar, como atestam as pesquisas referenciadas neste estudo.

Portanto, a emergência de uma autoidentificação positiva, construída a partir do reconhecimento e valorização da negritude no ambiente escolar, sublinha a urgência e a pertinência de se debater, valorizar e reconhecer a construção da identidade negra no contexto educacional. Os dados parciais indicam que, em meio aos desafios do racismo e da discriminação na sociedade contemporânea, o espaço escolar, por meio de iniciativas como a do NEAB, atua como um polo de resistência e de afirmação identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de doutorado se propôs a investigar a percepção e as manifestações das crianças de 4 a 5 anos da educação infantil acerca das relações étnico-raciais, analisando a intervenção pedagógica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) AYÓ em uma escola da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. O foco central residiu na análise dos desafios e processos inerentes à construção da identidade étnico-racial nesse nível de ensino.

O percurso metodológico, pautado na escuta ativa das percepções infantis, revelou-se um processo de profundo amadurecimento para o pesquisador. A necessidade de romper com modelos pré-estabelecidos e a criação de uma nova abordagem para observar e debater as diferenças foram imperativos, confirmando que cada investigação demanda a renovação crítica de suas ferramentas de análise.

Os resultados, mesmo que parciais, sublinham a relevância de se compreender a perspectiva da criança e a riqueza interpretativa que este ponto de vista oferece para a análise das situações de diversidade étnico-racial vivenciadas nos contextos familiar, escolar e social. A escola, neste cenário, demonstrou ser um espaço de ressignificação da identidade racial, atuando como um catalisador na forma como as crianças se autoidentificam. Tal achado reitera a tese de que a educação para as relações étnico-raciais é um processo de fundamental importância, especialmente na primeira infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. de; RODRIGUES, Tatiane. C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. **As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes** In: BENTO, Maria Aparecida (Org). Educação infantil: igualdade racial e diversidade. São Paulo: CEERT, 2012.

BASTOS, Cunha da Priscila. **"Eu nasci branquinha": construção da identidade negra no espaço escolar**. REVEDUC- Revista Eletrônica de Educação, v, 9, n. 2, p. 636, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. BrasíliaDF: 2006.

_____. **Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003**.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. DIAS, Lucimar Rosa. **Cartas aos profissionais de educação infantil. Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT: Instituto Avisa lá, 2012.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 eds. São Paulo: Contexto, 2012.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. São Paulo: Artmed, 2011.

CORSARO, Willian e MOLINARI, Luisa. **Entrando e observando nos mundos da criança. Uma reflexão sobre a etnografia longitudinal da educação de infância em Itália**. In: CHARISTENSEN, Pia e JAMES, Allison (orgs) Investigação com crianças perspectivas e práticas. Porto, 2005, Escola Superior de Educação de Paula Frass.

CORSARO, Willian. **Entrada no campo, aceitação e natureza da participação dos estudos etnográficos com crianças**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-463, Maio/agosto. 2005.

DELALANDE, Julie. **As crianças na escola: pesquisas antropológicas**. In: FILHO, Altino José Martins e PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). Das pesquisas com crianças à complexidade da infância. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.



FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceitos.** Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

GOMES, N. L.. **Trajetórias escolares? Corpo e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e ou resignificação cultural?** Trabalho apresentado na 24ª reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 2002.

_____. **Cultura negra e educação.** Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, nº 23, 2003.

_____. **Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica.** In ABRAMOWICZ, A; BARBOSA, L. M. de A; SILVÉRIO, V. R. (orgs.). Educação como prática da diferença. Campinas. SP: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

ROSEMBERG, F. **Aspectos conceituais e jurídicos da educação para a igualdade racial na educação infantil.** In: BENTO, M. A. S. (ORG.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2012. p. 11-46.

SARAMAGO, S. S. S. **Metodologia de pesquisa empírica com crianças.** Sociologia, problema e prática, n. 35, 2011.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Como mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Estudos afro-brasileiros: africanidades cidadania.** In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude.** REVEDUC- Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

